

EMPREENDEDORISMO FEMININO SOLIDÁRIO: estudo de caso em uma horta comunitária

Anderson Luiz Duarte¹
Bezamat Souza Neto²

RESUMO: Esta pesquisa faz parte de um estudo que está sendo desenvolvido em forma de dissertação no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei. O trabalho almeja examinar um tipo peculiar de empreendedorismo, o empreendedorismo feminino solidário, realizado por um grupo de mulheres participantes de uma horta comunitária, localizada na cidade de São João del-Rei, na microrregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. O objetivo desta análise é demonstrar como as trocas de saberes e as práticas de gestão são estabelecidas dentro desse empreendimento. É fato que a horta comunitária é um ecossistema educacional capaz de transformar de forma criativa o espaço urbano, por meio de uma micropolítica, que visa, dentro de um contexto de resiliência, a enfrentar as desigualdades sociais criadas pelo sistema hegemônico capitalista. Com isso, o processo de gestão dentro desse ambiente propicia às participantes da horta uma relação com o espaço urbano da cidade no sentido de ressignificação do vínculo com a urbanidade, além de mitigar a vulnerabilidade econômica e destacar o empoderamento feminino, promovendo autoestima e um sentimento de pertencimento comunitário.

Palavras-chave: empreendedorismo feminino, economia solidária, horta comunitária, mulheres.

ABSTRACT: This research is part of a study that is being developed as a dissertation to the Interdepartmental Interdisciplinary Graduate Program in Arts, Urbanities and Sustainability of the Federal University of São João del-Rei. The research aims at examining a peculiar kind of entrepreneurship, the feminine solidarity entrepreneurship, carried out by a group of women participating in a community garden, located in the city of São João del-Rei, in the micro-region of Campo das Vertentes, in the state of Minas Gerais. The purpose of this analysis is to demonstrate how the exchange of knowledge and management practices are established within this enterprise. The community garden is an educational ecosystem capable of creatively transforming the urban space, through a micropolitics, which aims, within a context of resilience, to face the social inequalities created by the capitalist hegemonic system. The management process within this environment gives gardeners a relationship with the urban space of the city in the sense of redefining the link with urbanity. In addition to mitigate economic vulnerability and highlight female empowerment, promoting self-esteem and a sense of community belonging.

Keywords: women entrepreneurship, solidarity economy, community garden, women.

¹ Mestrando, UFSJ, E-mail: andersonduarte@ufsj.edu.br

² Doutor, PIPAUS/UFSJ, E-mail: bezamat@ufsj.edu.br

INTRODUÇÃO

Assim como em grande parte do mundo, no Brasil, a estrutura socioeconômica se caracteriza pelo contraste entre privilégio e carência, abundância e miséria. Essa desigualdade se evidencia na coexistência de um parque industrial sofisticado e de uma economia informal calcada em baixa renda, precariedade das condições de trabalho, baixo nível educacional e falta de proteção social. Tal discrepância se agrava numa conjuntura em que o desemprego em massa atinge milhões de trabalhadores. Consequência da crise social, econômica e política atual, o desemprego leva ao crescimento de formas alternativas de organização de trabalho, como, por exemplo, o empreendedorismo solidário. Trata-se de um tipo peculiar de empreendedorismo por ser desenvolvido em comunidades economicamente carentes, constituídas por indivíduos despossuídos de educação formal. Embora possa ser praticado individualmente, esse empreendimento também pode assumir feição coletiva, sobretudo quando atrelado ao que se convencionou denominar economia solidária.

Segundo Ramos *et al.* (2016), apesar de as mutações na economia e nos processos produtivos já virem causando significativa reestruturação na organização do trabalho desde as últimas décadas do século XX, a redução da oferta de empregos tem intensificado esse processo ao levar muitos desempregados a se aventurarem na criação do próprio negócio como opção de trabalho e, até mesmo, de sobrevivência. Uma das opções adotadas por várias mulheres consiste no empreendedorismo, como o coletivo, por vezes em parceria com outras mulheres em uma rede de solidariedade. Ironicamente, essa busca empreendedora, assim como o aumento da participação feminina na esfera do trabalho formal, coincide com obstáculos que limitam sua participação, tais como a misoginia expressa na desigualdade salarial em relação aos homens.

Conforme Singer (2000), em contexto de desemprego estrutural, a economia solidária propicia a geração de novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho, já que é regida por valores como cooperação, autogestão, democracia, solidariedade, sustentabilidade, respeito à natureza e promoção da dignidade humana. Nesse sentido, esta pesquisa propõe um estudo de caso para aprofundar o conhecimento sobre o perfil de um grupo de mulheres, provenientes dos setores populares, que praticam o empreendedorismo solidário no município de São João del-Rei, na microrregião do

Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. Trata-se de um grupo de mulheres pertencentes à horta comunitária Vida Verde.

Analisar as práticas empreendidas por esse grupo de mulheres, muitas das quais legadas por tradições culturais comunitárias ou familiares, é de suma importância para se compreender não apenas a perpetuação de memórias culturais não hegemônicas, mas também os modos como os espaços urbanos, por meio de micropolíticas, podem passar por transformações criativas em um contexto de resiliência frente à desigualdade de acesso ao que Lefebvre (1969) chama de “direito à cidade”, para designar o direito não apenas de usufruto do espaço cidadão, mas, sobretudo, de construir esse espaço cotidianamente. Daí, a relevância de pesquisar como se dão esses movimentos coletivos medrados a começar de um sistema rizomático³ de saberes e fazeres, ou seja, horizontal, aberto e democrático. Pensar o espaço da cidade a partir desse horizonte permite explorar mais detidamente a resiliência urbana que tem ocorrido, não raro de forma oculta, na atual conjuntura do País.

Esta escolha se deveu à representatividade que essas mulheres possuem na comunidade e pelo fato de conciliarem aspectos que interessam a esta pesquisa, tais como: empreendedorismo femininino, economia solidária, empoderamento feminino, cooperativismo e autogestão. Compreender a operacionalidade de saberes e práticas empreendedoras, conduzidos por pessoas que, em alguns casos, estão alijadas do mercado formal de trabalho, é uma forma de propiciar e divulgar novas possibilidades de acesso à cidadania. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, o trabalho adota como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, calcada nos conceitos de empreendedorismo feminino, economia solidária, autogestão e agricultura urbana, bem como na realização de pesquisa de campo. Como metodologia capaz de auxiliar neste processo, optou-se pelo estudo de caso que, segundo Yin (2001), possibilita e encoraja pesquisadores a considerarem questões que podem não ser averiguadas com outras abordagens, pois despertam a sensibilidade em relação ao contexto analisado.

UMA SOCIEDADE MARCADA PELO PATRIARCADO E PELA MISOGINIA

Historicamente, as mulheres foram e ainda são marcadas por lutas diárias para superar os preconceitos e as desigualdades que as envolvem. Assim, muitas delas já

³ Parte-se, aqui, do conceito de rizoma, desenvolvido por Deleuze e Guattari (2004), a partir da botânica, como metáfora de pensamentos, práticas e processos que se desenvolvem horizontalmente.

passaram por diferentes momentos e contextos sociais distintos, que incluem desde tragédias e dramas até situações de superação. Deve-se admitir que avanços já foram feitos em diversas questões sobre a visão da mulher, seja por meio de movimentos feministas ou dos direitos humanos, mas ainda se está um pouco longe da situação ideal. A sociedade brasileira é marcada pelo patriarcado e pela misoginia, o que se reflete nesta realidade na qual a mulher não tem seu trabalho valorizado e algumas vezes até ignorado, mesmo que por questões “culturais” presentes. Sobretudo, a mulher tem um papel muito importante no desenvolvimento social e econômico do País. Segundo Daller e Moreira (2009, p. 26):

Os dados das Agências das Nações Unidas demonstram claramente como a pobreza é um fenômeno que atinge antes de tudo as mulheres, e isso levou até a inventar a expressão ‘feminilização da pobreza’. As mulheres representam mais de 70% dos pobres a nível global e são 500 milhões aquelas que vivem em condições de extrema pobreza. As mulheres constituem também a maioria da força de trabalho utilizada na agricultura, produzindo a maioria dos recursos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento e nas economias de transição, e representam os principais agentes da segurança alimentar, do bem-estar familiar e das comunidades locais. No entanto, possuem menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial e dificilmente são consideradas pelas estatísticas oficiais nacionais. Elas têm também menos acesso à instrução e, portanto, às posições de trabalho de alto perfil em relação aos homens.

Uma das características da mulher é o dinamismo, como diria a poetiza Adélia Prado: “Mulher é desdobrável”⁴, já que isso pode ter sido uma imposição adquirida histórica ou culturalmente. A mulher cuida da casa e da família, assim como trabalha e estuda, de forma que nenhum dos setores em que assume responsabilidade seja prejudicado. Sendo assim, não é dificuldade para a mulher montar seu próprio negócio; muito menos, transformá-lo em algo lucrativo. Tudo que a mulher se propõe a fazer, mesmo sendo uma simples atividade cotidiana, pode se transformar em um negócio produtivo e rendável. De outro modo, também se pode observar, de acordo com o pensamento de Singer (2002, p. 9), que, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. Assim, a economia solidária aparece como uma opção de trabalho e conciliação na vida doméstica que ainda faz parte da rotina da mulher e gera, para muitas, a sua liberdade financeira.

⁴ Fragmento do poema “Com licença poética” (PRADO, 1993, p. 11).

Em muitos cenários capitalistas, a mulher é colocada à margem social. Oliveira (2008, p. 225) diz:

Nesse contexto, é lícito destacar o papel do trabalho feminino no âmbito dessas transformações. Além de mudanças no âmbito político, econômico e social, percebem-se também mudanças nos aspectos culturais. Anteriormente, o trabalho feminino restringia-se ao cuidado com o lar e com os filhos, porém, no contexto contemporâneo está havendo um movimento em que as mulheres são, cada vez mais, responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares; não obstante, elas estão delineando sua presença no mercado de trabalho.

A forma criativa que algumas mulheres inventam para poder solucionar os seus problemas cotidianos são fundamentais para promover e fortalecer o desenvolvimento social, econômico e cultural não só delas, mas também da sociedade em que vivem, mostrando para os outros como lidar de forma criativa com as adversidades do cotidiano, transformando, então, de forma positiva a sua realidade. Desse modo, a mulher tem ganhado mais espaço no campo da economia solidária, pois este é um núcleo democrático de inclusão. Um exemplo dessa inclusão são as hortas comunitárias, que são espaços onde vários conceitos e atitudes são discutidos e colocados em prática. São lugares democráticos de interação, para troca de saberes e experiências.

EMPREENDEDORISMO FEMININO SOLIDÁRIO E AUTOGESTÃO

Para se compreender o conceito de empreendedorismo, devem ser consideradas sempre as contingências em relação às especificidades geográficas, sociais e culturais sob cuja base ele se desenvolve. Para a realização deste trabalho, tem-se como referência Dolabela (2003), para quem o empreendedor é um sujeito social, fruto do contexto em que vive. Ainda segundo Dolabela (2003, p. 29), o ato de empreender “significa modificar a realidade para obter a autorrealização e oferecer valores positivos para a coletividade”, bem como “engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de ideias, conhecimento, teorias, artes, filosofia”. Como o coletivo a ser estudado é constituído por mulheres, o conceito de mulher empreendedora será considerado, já que a mulher, numa sociedade patriarcal, enfrenta desafios particulares no empreendedorismo. Para Das (1999), há três tipos de empreendedoras:

- a) empreendedoras por acaso, cujas atividades são iniciadas sem planejamento por derivarem de um *hobby* anterior;
- b) empreendedoras forçadas, que foram obrigadas a começar um negócio em razão de circunstâncias como a dificuldade financeira;
- c) empreendedoras criadoras: desenvolvem empreendimentos a partir da própria motivação e criatividade.

O estudo em pauta se diferencia da maior parte das pesquisas sobre empreendedorismo feminino, uma vez que os perfis de mulheres empreendedoras investigadas são distintos dos modelos focalizados por estudos mais tradicionais, ao passo que se almeja enfocar mulheres marcadas pelo signo da exclusão social, econômica e cultural. Nessa perspectiva, ao analisar o associativismo de mulheres que atuam em uma horta comunitária, o estudo ainda lança luzes sobre como segmentos excluídos da sociedade são-joanense podem exercer meios alternativos de agenciamento e, dessa forma, transformar não apenas suas vidas, como também o espaço urbano onde realizam suas intervenções. O empreendedorismo, quando acontece ao largo das injunções do modelo capitalista, pode alcançar um cariz solidário, que o inscreve no que se convencionou denominar economia solidária. Para Singer (2000, p. 13), a economia solidária, desenvolvida como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, “casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)”.

Se na economia capitalista os objetivos não são coletivos, mas exclusivos, e as vantagens são privilégios de poucos, na economia solidária os objetivos são comuns, as ações são conjuntas e os benefícios coletivos, ou seja, distribuídos para todos. Trata-se, pois, de um sistema de cooperação mais adequado para atender às necessidades dos trabalhadores, além de propiciar o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo. As relações de colaboração solidária são inspiradas por valores culturais, que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (GAIGER, 2009). Uma das características da economia solidária é o que a literatura científica denomina “autogestão”, para se referir ao modelo organizacional em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Torna-se importante, portanto,

destacar que a autogestão é, antes de tudo, uma relação socioeconômica baseada no princípio da distribuição, segundo o trabalho, e não sobre a base do capital e dos meios de produção, de modo que todas as decisões são tomadas pelo coletivo (SINGER, 2000). Essa forma de gestão, evidentemente, abre pavimentação para o exercício da autonomia e da criatividade. A agricultura urbana ou periurbana apresenta dentro de seu contexto a autogestão pela disseminação de vários saberes gestionários, que possibilitam a formação de um empreendedorismo solidário de cunho sustentável, o qual foge das formas padronizadas das ciências administrativas.

AGRICULTURA URBANA

O modelo econômico nos moldes do capitalismo gera desigualdades sociais que atingem uma parte significativa da população mundial. Como maneira de enfrentar essas adversidades, as pessoas procuram novas formas de agenciamento para tentar suprir suas necessidades. A agricultura urbana, quando praticada dentro dos moldes da economia solidária, pode ser uma das formas utilizadas por grupos ou pessoas com intuito de mitigar alguns desses problemas apresentados pela hegemonia capitalista do contexto contemporâneo, tais como: a redução da pobreza e o acesso à cidadania, à alimentação saudável e ao uso de práticas mais sustentáveis entre outros.

De acordo com Valent, Oliveira e Valent (2017), a agricultura urbana proporciona segurança alimentar, modifica a paisagem urbana e propicia educação ecológica, inclusão social e uso de práticas da economia solidária. Ela pode ser entendida como projeto social, pois é resultado da integração do sistema ecológico social e econômico. Nessa mesma linha, Mougeot (2000) apresenta como principal característica da agricultura urbana o fato de ela estar ligada à sua integração com os sistemas econômico e ecológico urbanos, distinguindo-se, assim, da agricultura rural. Isto é, não é a definição geográfica que define se a agricultura é rural ou urbana, e sim a sua interação como o “ecossistema urbano”. A agricultura urbana modifica a economia local, já que possibilita a produção e comercialização dos produtos no mesmo ambiente, contribuindo para a redução de gastos logísticos de agrotóxicos e conservantes. De acordo com Mogeout (2000, p. 5):

A agricultura urbana é a praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma

variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

Para Moreira (2008), a agricultura urbana e/ou a agricultura periurbana é exercida pelas classes sociais marginalizadas, que buscam no cultivo da terra a produção de alimentos para seu sustento. Elas são compostas por pobres e desempregados, que, mediante suas práticas cotidianas, exercem trocas de saberes e conhecimentos transdisciplinares capazes de atenuar de forma criativa as desigualdades geradas pelo capitalismo. A agricultura urbana apresenta um viés político e social: “Os homens e mulheres mais pobres das cidades, que experimentam a fome por não terem trabalho e dinheiro, procuram a sobrevivência em um recorte de terra que cultivada proverá seu alimento e seu sustento” (MOREIRA, 2008, p. 243). O cotidiano configura um ambiente aberto para a necessidade de singularidades, uma vez que a transgressão acontece por meio de formas microscópicas, supostamente inexpressivas, que, contudo, modificam a realidade. A análise de Michel de Certeau (1994) sobre a invenção do cotidiano possibilita a visão do agenciamento coletivo como implicação dos fazeres cotidianos de sujeitos, cujas artes de fazer lhes permitem transformar o cotidiano em que convivem mediante minúsculas modificações que se tornam consideráveis em suas vidas e na comunidade em que se inserem.

Nesse sentido, algumas pessoas acabam se unindo em grupos, cooperativas e/ou associações, para construir, de maneira conjunta, estratégias de resistências às desigualdades por meio de novas iniciativas que possam gerar trabalho e renda. Assim, entende-se que a horta comunitária Vida Verde se apresenta, segundo Herzog (2013), como uma forma de conciliar a finalidade material de mitigar a vulnerabilidade econômica com a finalidade simbólica de empoderamento feminino ao prover cidadania mediante elevação da autoestima, sentimento de participação e pertencimento comunitário. As mulheres responsáveis pela manutenção da horta comunitária Vida Verde se uniram com o intuito de conseguirem um local, a fim de produzir alimentos para o seu próprio sustento. Com o passar do tempo, a produção excedente passou a ser vendida e os lucros revertidos para o próprio grupo. Mas não foram só os ganhos materiais que se fizeram importantes: a relação e a troca de experiências entre elas propiciou um ganho imaterial que pode ser visto refletido na autoestima de cada participante do grupo (Figura 1).



Figura 1 – Oficina realizada dentro da horta
Fonte: acervo dos autores.

HORTA COMUNITÁRIA VIDA VERDE

A horta comunitária Vida verde está localizada no bairro do Senhor dos Montes, na cidade de São João del-Rei, no estado de Minas Gerais. Esse bairro está situado na zona oeste da cidade, bem aos pés da Serra do Lenheiro. No cotidiano, o bairro tem suas ruas muito movimentadas e sonorizadas. É um lugar onde os moradores têm bastante familiaridade entre si, formando até alguns grupos de bate-papo nas calçadas, como se pode observar a qualquer momento do dia em que se realiza uma visita. Em dias de nascimentos e casamentos, a participação é compartilhada por toda a vizinhança, como também nas horas de perda em que a dor do silêncio é adotada por todos nas ruas, assim como uma grande família.

O bairro, mesmo com muitos pontos positivos, carrega consigo um descrédito: a fama de ser perigoso. Isso se sobressai e afasta dali inúmeras pessoas. Apesar de a violência nele não ser distinta da dos outros ambientes da cidade, o bairro carrega um estigma que, na verdade, não condiz com a realidade. Faz-se essencial destacar que o bairro Senhor dos Montes é um lugar que reproduz fielmente muitas representações sociais, pois a população que vive ali ou em contextos parecidos ao de periferia sofre por uma infinidade de fatores históricos, sociais e econômicos, que elevam as experiências e as formas de exclusão. As mulheres, como não é novidade, passam, às vezes, por dificuldades maiores – não só as econômicas e sociais, mas também as afetivas. Muitas delas são

vítimas escondidas da violência em casos que acompanham gerações. Outras, às vezes, estão sozinhas e não podem contar com a família pela falta física ou mesmo pelo abandono.

É nesse contexto que um grupo de mulheres moradoras dos bairros periféricos da cidade de São João del-Rei, a saber: Araçá, Alto das Mercês e do próprio Senhor dos Montes, uniram-se em novembro de 2016 (Figura 2) e resolveram criar, em um terreno cedido pela Prefeitura, uma horta, que em novembro de 2017 recebeu o nome de Horta Comunitária Vida Verde (a Figura 3 elucida a passagem). Não existe restrição de idade entre as participantes, compostas majoritariamente por donas de casa, estudantes e aposentadas. Algumas possuem emprego formal, com carteira assinada, enquanto outras trabalham por conta própria, de modo informal. A idade média das participantes está em torno dos 45 anos, sendo que a mais nova tem 30 anos e a mais velha 65.



Figura 2 – Primeiro encontro de alguns moradores da região do bairro Senhor dos Montes com professores da Universidade Federal de São João del-Rei, realizado para demonstrar os benefícios da implantação de uma horta comunitária no bairro.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 3 – Em novembro de 2017, a horta ganhou o nome de Horta Comunitária Vida Verde
 Fonte: acervo dos autores.

METODOLOGIA

A população compreende todas as mulheres que participam da horta comunitária, que atualmente conta com sete participantes. Desse modo, os critérios de seleção das participantes consistiram em: atuação ativa na horta comunitária e tempo de participação no coletivo. Dada a importância de trabalhos empíricos que contribuam para a apreensão da lógica da atuação da mulher na economia solidária e no cenário urbano, optou-se pelo estudo de caso, que, segundo Yin (2001), consiste numa investigação empírica sobre um fenômeno atual no interior do contexto no qual ele ocorre.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, definida por Yin (2001) como uma abordagem em que os dados obtidos não são analisados numericamente, mas pela interpretação do pesquisador acerca do fenômeno analisado. Iniciou-se um levantamento bibliográfico por meio de livros, revistas, artigos e alguns *sites* sobre a vida das mulheres na sociedade, o empreendedorismo solidário feminino e a agricultura urbana. Posteriormente, para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada uma das sete participantes, individualmente, nas residências ou no local de trabalho das pesquisadas, com duração de aproximadamente uma hora. Essas entrevistas foram gravadas, mediante livre consentimento das participantes, para posterior análise do conteúdo.

Devido ao propósito do trabalho e ao número de participantes, a entrevista constitui uma técnica mais pertinente do que a aplicação do questionário na medida em que permite contato mais direto e profundo com os sujeitos da pesquisa, além de ensejar, quando

pertinente, a realização de perguntas que excedam aquelas estabelecidas no roteiro. A análise dos dados implicará leitura das entrevistas transcritas, seguida de análise discursiva do conteúdo, embasada pelo referencial teórico e em cotejamento com a revisão de literatura, para verificar como os resultados obtidos dialogam com os de pesquisas precedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar novamente que a pesquisa em questão faz parte do estudo que está sendo desenvolvido em forma de dissertação no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei. Sendo assim, de antemão, percebe-se que o cultivo na horta comunitária Vida Verde traz melhorias para a vida das participantes e de seus familiares, como ainda para toda a comunidade que a cerca. Faz-se saber que é um grupo formado por mulheres e não existe nenhum padrão predefinido, como idade, renda ou situação civil, para o pertencimento. Muitas das participantes são mulheres que procuram ocupar o tempo ocioso com as atividades da horta, onde o próprio grupo define as regras de funcionamento. São mulheres que empreendem coletivamente não a partir de um capital compartilhado, mas da pobreza compartilhada, e o fazem por meio do repertório restrito de que dispõem, seja em termos de conhecimentos técnicos, recursos materiais ou investimentos financeiros

A coleta das hortaliças é dividida entre as participantes, sendo o excedente vendido na própria comunidade, com a divisão dos lucros. Vale ressaltar ainda que o cultivo das hortaliças é livre de qualquer agrotóxico, aumentando a segurança dos produtos para o consumo e valorizando ainda mais o trabalho dessas mulheres. O processo de construção e manutenção da horta possibilita às participantes maior interação social, ajuda a desenvolver a racionalidade do trabalho em grupo, oferece a troca de experiências e conhecimentos entre gerações, melhora a autoestima, desenvolve a educação ambiental, preserva áreas verdes e altera lotes baldios, evitando a proliferação de doenças e pragas.

De acordo com as participantes, essa interação dentro da horta permite uma empatia entre elas capaz de auxiliar no processo de resolução de alguns conflitos que existiam e existem dentro e fora da horta comunitária. A região do bairro Senhor dos Montes possui uma característica muito marcante, que é o fato de a maioria das famílias se

conhecerem. Dentro dos grupos familiares, quando existem relatos de alguns problemas, tais como alcoolismo, drogas e violência, muitos moradores do bairro acabam sabendo. Ao discutir sobre as realidades do bairro dentro da horta, algumas das participantes percebem que têm muito em comum e que uma pode auxiliar a outra por já ter vivido uma situação semelhante ou por conhecer alguém que já a tenha. Percebe-se, dentro da horta, que as discussões sobre alguns problemas do bairro acabam gerando novas formas de encarar essa realidade.

Na horta comunitária, a troca de saberes e o nascimento de novos conhecimentos são mediados pelas relações interpessoais, quando os agentes envolvidos nas rotinas dos fazeres cotidianos estabelecem uma rede, um ecossistema comunicativo, que é vital para o êxito do empreendimento. Por isso, estudos sobre as práticas de empreendedorismo feminino são fundamentais para promover e mitigar algumas questões sociais, econômicas e culturais não só das mulheres, mas também da sociedade em que se inserem. A divulgação dessas formas de saberes gestionários estabelecidas por esse grupo de mulheres pode resultar em novos modos de agenciamentos da vida cotidiana coletiva de cunho sustentável sob a tutela do empreendedorismo solidário, que se difere, a princípio, das maneiras padronizadas das ciências administrativas, mas que são capazes de empoderar de forma significativa a vida de grupos que são alijados do mercado formal de trabalho. A pesquisa, ao analisar um grupo de mulheres que atuam em uma horta comunitária, tenta demonstrar que setores excluídos da sociedade são-joanense podem exercer, ao seu modo, formas empreendedoras capazes de mudar o ambiente no qual estão inseridas alcançando o empoderamento feminino ao prover cidadania mediante elevação da autoestima, sentimento de participação e pertencimento comunitário.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU**, M. de. A invenção do cotidiano. V. I: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DALLER**, V. L. O.; **MOREIRA**, E. de M. A. (org.). Cooperativismo de Gênero. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/cooperativismo-de-genero.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- DAS**, M. Women entrepreneur from southern India: an exploratory study. The Journal of Entrepreneurship, v. 8, n. 2, p. 147-163, 1999.
- DELEUZE**, G.; **GUATTARI**, F. Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- DOLABELA**, F. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.
- GAIGER**, L. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. Caderno CRH, v. 22, n. 57, p. 583-600, 2009.
- HERZOG**, C. Cidades para todos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- LEFEBVRE**, H. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969.
- MOREIRA**, C. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- MOUGEOT**, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. Revista de Agricultura urbana, n. 1, 2000.
- OLIVEIRA**, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. Revista Sociedade e Cultura, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5290/4329>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- PRADO**, A. Com licença poética. In: PRADO, A. Bagagem. São Paulo: Siciliano. 1993. p. 11.
- RAMOS**, G. et al. (org.). A classe trabalhadora e a resistência ao Golpe de 2016. Bauru: Canal 6 Editora, 2016.
- SINGER**, P. A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER**, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2002.
- YIN**, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALENT, J. Z.; OLIVEIRA, L. de; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. *Desenvolvimento Regional em debate: DRd*, v. 7, n. 2, p. 4-19, 2017.